



BOLETIM INFORMATIVO – JUNHO 2018

Edição nº. 8 - Ano 24 - CRC/RS 3.112

INVESTIDOR ANJO

Com a publicação da Lei Complementar nº 155/2016, em vigor desde janeiro de 2017, criou-se um interessante modelo de investimento para as empresas enquadradas no regime geral da lei (sem necessidade de optar pelo recolhimento dos impostos pelo Simples Nacional).

Com a nova previsão legal, as empresas passam a ter a possibilidade de receber aportes de capital de investidores -anjo, pessoas físicas ou jurídicas, que não integrarão o capital social, regulado por contrato de participação.

Os sócios-fundadores seguirão no comando da administração da empresa, sem a participação do investidor-anjo, e serão os únicos responsáveis legais da empresa, respondendo integralmente por todo ativo e passivo.

Os aportes de recursos serão remunerados pelo prazo máximo de cinco anos. Antes da lei, o investimento seria considerado mútuo. A nova legislação afasta a participação do conceito de empréstimo e a aproxima de uma relação societária, ao vincular a remuneração do investidor aos resultados distribuídos aos demais sócios, limitando-os a 50% dos lucros distribuídos em cada período.

O direito de retirada também é regulado, e o resgate do investimento só poderá ocorrer após o prazo acordado no contrato de participação, prazo que não poderá ser inferior a dois anos após o aporte. No "resgate", o investidor receberá seus haveres com base na situação patrimonial da sociedade, na data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado para tal finalidade. Os haveres não poderão ultrapassar o valor corrigido (por índice de inflação definido no contrato de participação) do aporte inicial.

O investidor-anjo poderá ainda, desde que tenha o consentimento dos demais sócios, transferir sua participação a terceiros, assistindo-lhe ainda o direito de preferência em caso de alienação da sociedade.

A tributação dos rendimentos decorrentes do aporte de capital sujeita-se à incidência do imposto sobre a renda retido na fonte, calculado mediante a aplicação de alíquotas que variam de 15,0% a 22,5%, dependendo do prazo de resgate.

A relação entre investidor e empresa é estabelecida por contrato de participação que, visando o bom relacionamento e segurança das partes, poderá tratar de: (1) direito de saída para sócios minoritários; (2) penalidade pelo descumprimento do contrato; (3) hipóteses em que o investidor terá direito à participação decisiva em tomadas de decisão empresariais; (4) previsão de que forma e em qual período os recursos serão investidos na atividade operacional da empresa; (5) estabelecimento de um plano de trabalho e exigência de constante revelação de documentos; (6) fixação de cláusula de direito de preferência ao investidor; (7) fixação de formas de motivação dos sócios-fundadores; (8) direito de conversão; (9) penhor das cotas; (10) declarações e obrigações dos sócios e da sociedade; (11) não concorrência; (12) confidencialidade; (13) direito de cessão do contrato; entre outros, a depender de cada situação em específico.

O novo regramento permite ao investidor segurança para não alocar o investimento sem certificar-se que a ideia ou o projeto efetivamente possui valor, ao passo que assegura ao empreendedor não revelar sua ideia sem certificar-se que o investidor não irá desapropriá-la. Os riscos de retorno do capital investido são, no entanto, inerentes ao tipo de investimento, especialmente tratando-se de empresas investidas que, normalmente, estão em início de atividades.

Cabe ao investidor confiar que o empreendedor não irá utilizar o capital de forma indevida; e ao empreendedor, confiar que o investidor não irá dar andamento ao projeto sem a sua participação.

DIFERENÇAS ENTRE VOTO NULO, VOTO EM BRANCO E NULIDADE DO VOTO

Com a proximidade das Eleições e no intuito de esclarecer, haja vista a internet estar cheia de informações, essas, muitas das vezes erradas, gerando na realidade uma “desinformação”.

Antes de tudo, precisamos saber que tanto o voto nulo quanto o branco não são válidos, isto é, não entram na contagem dos resultados das eleições. Eles também não vão para o candidato que está ganhando, na realidade não são transferidos para nenhum candidato.

Voto nulo

É um tipo de manifestação do eleitor para anular o seu voto, não é considerado um voto válido e serve apenas para fins estatísticos. Como não é computado, o voto nulo não vai para nenhum candidato.

Não existe um botão específico na urna eletrônica para votar nulo, para isso o eleitor precisa inserir um número de candidato que não existe, como “00” e apertar a tecla “Confirma”.

Voto em branco

Apesar de também não ser um voto válido, o voto em branco indica que o eleitor não aprova nenhum dos candidatos. Também não é usado na contagem do resultado da eleição e não será transferido para qualquer candidato.

Para votar em branco na urna eletrônica o eleitor deve apertar na tecla “Branco” e depois na tecla “Confirma”.

Mais de 50% de votos nulos ou em branco não anula a eleição.

Os votos nulos ou brancos não entram no cálculo dos resultados das eleições, pois não são considerados válidos. A eleição só será anulada caso o candidato vencedor, aquele que receber mais de 50% dos votos válidos, for cassado após o resultado da eleição. Diante disso, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) marcará uma nova eleição em um intervalo de 20 a 40 dias.

Os votos em branco ou nulos não vão para o candidato que está ganhando. Apenas os votos válidos são destinados aos candidatos, como o voto em branco ou nulo não são válidos, não são transferidos para nenhum candidato.

Ao votar em branco ou nulo o eleitor deixa de votar em algum candidato, o que diminui a quantidade de votos válidos. Quanto mais votos nulos ou em branco, menos votos válidos um candidato precisará receber para ser eleito, já que vence o que tiver mais de 50% dos votos válidos.

Por exemplo, se uma cidade tiver 10 eleitores e 2 candidatos, e não houver nenhum voto em branco ou nulo, o candidato que tiver 6 votos será eleito. Caso 2 eleitores votem em branco e 2 votarem nulo, sobram apenas 6 votos válidos, então o candidato vencedor será aquele que alcançar 4 votos.

Ainda que haja 99% de votos nulos a eleição não será anulada, pois o resultado será definido através do 1% que são válidos.

A nulidade do voto é diferente. Ela acontece quando é confirmada alguma fraude no processo eleitoral, por exemplo, quando o candidato vencedor é acusado de abuso de poder, e com isso torna-se inelegível. Existem diversos motivos que podem levar à anulação da eleição, como a realização em dia, hora ou local diferentes do determinado ou o extravio de um documento essencial. Neste caso a eleição pode ser anulada.

Art. 224, Cod. Eleitoral: “Se a nulidade atingir a mais de metade dos votos do país nas eleições presidenciais, do Estado nas eleições federais e estaduais ou do município nas eleições municipais, julgar-se-ão prejudicadas as demais votações e o Tribunal marcará dia para nova eleição dentro do prazo de 20 (vinte) a 40 (quarenta) dias.

O termo nulidade referido acima quer dizer a comprovação da fraude. Em outras palavras: a eleição será anulada quando a fraude atinge o candidato eleito, aquele que alcança mais de 50% dos votos válidos, excluindo os nulos e em branco.

Pode anular uma eleição:

- A realização da votação em dia, hora e local diferentes do determinado pela Justiça Eleitoral;
- O uso de cédulas de votação falsas;
- O encerramento antes das 17 horas;
- A violação do sigilo da votação;
- O extravio de algum documento essencial para a eleição;
- O impedimento ou restrição do direito de fiscalização da eleição;
- O voto do eleitor em outra seção que não a designada no título;
- O uso de falsa identidade no lugar de outro eleitor;
- A comprovação de fraude na urna eletrônica.

ATENÇÃO! Vamos nos informar e votar conscientes. As mudanças começam e dependem de nós, em primeiro lugar!

305 MIL EMPRESAS SEM MOVIMENTAÇÃO CORREM RISCO DE SEREM CANCELADAS NO RS

Os empreendedores que tiverem suas empresas sem movimentação há mais de dez anos devem ficar atentos. Conforme dados da Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul – JucisRS -, cerca de 305 mil empresas estão sujeitas a terem seu registro cancelado por falta de arquivamento de atos. Esta inativação se dá por força da legislação do registro público de empresas mercantis e atividades afins e abrange as empresas que não procedem a qualquer arquivamento no período de 31/12/2007 a 28/2/2018, conforme edital publicado no Diário Oficial do Estado (DOE), do dia 18 de maio de 2018 como prevê o artigo 60 da Lei 8.934/94.

O secretário-geral da JucisRS, Cleverton Signor, enfatiza a importância dos contadores e empresários estarem informados e atentos em relação à situação da empresa junto ao órgão de registro. Segundo ele, ao fazer o comunicado de funcionamento, o nome empresarial fica protegido além de garantir a manutenção do registro na condição de ativo. “Estamos colocando à disposição dos nossos usuários todas as orientações em nosso site para que não haja dúvidas em relação ao procedimento a ser adotado”, finaliza o secretário-geral da JucisRS, que também está à frente do Projeto de Modernização e Informatização da autarquia.

A assessora Jurídica da JucisRS, Inês Antunes Dilélio, ressalta que as Juntas Comerciais quando procedem a inativação de empresas não estão atuando na extinção das mesmas. “A extinção requer o cumprimento de outros requisitos legais para sua efetivação”, explica. De acordo com a previsão legal a Junta Comercial comunica o cancelamento de registro das empresas junto às autoridades arrecadoras que são a Receita Federal, Caixa Econômica Federal (CEF) e INSS.

O empresário que tem interesse em evitar o cancelamento por inatividade de sua empresa deverá providenciar o arquivamento de novo ato para registro perante a Junta Comercial.

IMPLANTAÇÃO DO E-SOCIAL - 2ª ETAPA

Etapa 1 - Empresas com faturamento anual superior a R\$ 78 milhões - implementada em Janeiro de 2018;

Etapa 2 - Demais empresas privadas, incluindo Simples, MEIs e pessoas físicas (que possuam empregados).

Fase 1: Julho/18 - Apenas informações relativas às empresas, ou seja, cadastros do empregador e tabelas;

Fase 2: Setembro/18: Nesta fase, empresas passam a ser obrigadas a enviar informações relativas aos trabalhadores e seus vínculos com as empresas (eventos não periódicos), como admissões, afastamentos e desligamentos;

Fase 3: Novembro/18: Torna-se obrigatório o envio das folhas de pagamento;

Fase 4: Janeiro/19: Substituição da GFIP (Guia de informações à Previdência Social) e compensação cruzada;

Fase 5: Janeiro/19: Na última fase, deverão ser enviados os dados de segurança e saúde do trabalhador.



Agenda das Principais Obrigações Junho/2018



DIAS	COMPROMISSOS
04/06	Envio das notas fiscais, documentos de caixa e recibos de autônomos, impostos e contribuições pagos pela sua empresa para encerramento do mês de maio 2018
06/06	SALÁRIOS - MAIO
07/06	GPS - DOMÉSTICAS GFIP - MAIO
11/06	ICMS - SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA (Demais produtos) - MAIO
11/06	Envio das notas fiscais, dos documentos de caixa, de bancos, impostos e contribuições pagos pela sua empresa referente o período de 01 a 10/06/2018
12/06	ICMS - COMÉRCIO - MAIO ICMS - INDÚSTRIA - MAIO ICMS - ÚLTIMOS SETORES INCLUÍDOS NA SUBST. TRIBUTÁRIA - ABRIL
15/06	GPS - CONTRIBUINTE INDIVIDUAL ISSQN - MAIO
20/06	GPS - MAIO IRF - MAIO IMPOSTO SIMPLES NACIONAL - MAIO
21/06	ICMS - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTES - ABRIL
21/06	Envio das notas fiscais, dos documentos de caixa, de bancos, impostos e contribuições pagos pela sua empresa referente o período de 11 a 20/06/2018
25/06	ICMS - DIFERENCIAL DE ALÍQUOTA - SIMPLES NACIONAL - ABRIL IPI - INDÚSTRIA - MODALIDADE GERAL - MAIO COFINS - MAIO PIS - MAIO
25/06	Envio dos dados para encerramento da folha de pagamento: registro de empregados, alterações de salário, faltas e descontos, recibos de autônomos e notas fiscais cooperativas, referente junho 2018
29/06	CONTRIBUIÇÃO SOCIAL - MAIO - ESTIMATIVA IRPJ - MAIO - ESTIMATIVA
02/07	Envio das notas fiscais, dos documentos de caixa, de bancos, impostos e contribuições pagos pela sua empresa referente o período de 21 a 30/06/2018



Curta nossa página no Facebook:

VISAO CONTABILIDADE VILLAGIO IGUATEMI 54 3026 4646

Visão Contabilidade - Competência e Credibilidade